

ASSOCIADOS E INTEGRADOS: A FACE HÍBRIDA DO COOPERATIVISMO EMPRESARIAL NO CAMPO

Associates and integrated producers: the hybrid face of the cooperatives enterprise In the field

Diane BELUSSO¹

RESUMO

Este artigo discute o caráter híbrido e contraditório de uma empresa cooperativista. Serão abordadas as relações paralelas entre produtores “livres” e “integrados” e a participação dos associados nas Assembléias Gerais, entre outros aspectos. Verifica, a partir de contratos mantidos entre a cooperativa e os produtores de frango, os direitos e deveres das partes e os níveis de dependência ou independência dos proprietários de aviário em relação à indústria.

Palavras-chave:

proprietários de aviário; contratos de parceria; empresa cooperativista.

ABSTRACT

In this work, it is discussed the hybrid and contradictory feature of a cooperative enterprise. Aspects like the parallel relation between “free” and “integrated” producers, the participation of its associates in the General meetings, among others will be boarded. It checks contracts kept between the cooperative and the producers of chicken, the rights and duties of both parts and the levels of dependence or independence between them.

Key words:

proprietors of aviary; partnership contracts; cooperatives enterprises.

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2002), mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é doutoranda em Geografia na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT/UNESP).

O tema do presente artigo envolve a agroindústria avícola, um segmento do agronegócio que é favorável à observação de transformações na produção, nas relações de trabalho, na articulação do produtor com a indústria, na manutenção das associações (cooperativas agropecuárias), enfim, para a geografia agrária uma área privilegiada à análise da produção do espaço e que envolve representações e interesses diversos.

Os produtores pesquisados (associados, integrados, contratualizados) são vinculados ao Complexo Avícola da C. Vale Cooperativa Agroindustrial², a partir de 1997, no município de Palotina, Oeste Paranaense.

A cooperativa C. Vale, de acordo com dados de 2006, conta com a produção de 390 aviários, localizados em Palotina e em outros nove municípios das regiões Oeste e Noroeste do Paraná (Assis Chateaubriand, Terra Roxa, Toledo, Nova Santa Rosa, Maripá, Brasilândia, Cafezal, Iporã e Francisco Alves). Em Palotina, onde se localiza a sede e o parque industrial avícola da C. Vale, estão instalados 171 aviários (é o município onde está a maioria dos integrados). Por esse motivo Palotina foi o município escolhido como área para as saídas de campo à procura de proprietários de aviários que aceitassem conceder entrevista, de maneira aleatória. Foram entrevistados 23 proprietários, que correspondem a 13% do total de aviários instalados em Palotina.

Os impactos, os interesses e as influências entre os agentes que condicionaram a evolução dessa cooperativa são fatores que motivam a pesquisa, especialmente sobre os associados da cooperativa que se transformaram em produtores integrados à agroindústria.

Nas últimas décadas, a implantação de modernas agroindústrias alavancou cooperativas, como a C. Vale Cooperativa Agroindustrial, em termos de faturamento empresarial e de influência econômica no território. Diante dessas considerações, se pretendeu verificar as consequências da reestruturação dessas empresas cooperativistas e da produção integrada de frango do ponto de vista do produtor associado/integrado em relação à participação cooperativista, entre outros aspectos.

O caráter híbrido e contraditório a que se refere este artigo está no sentido de a C. Vale manter uma relação paralela entre produtores "livres" e "integrados". Os "livres" são os produtores associados à cooperativa que mantêm uma relação de compra de insumos, venda

da sua produção e qualquer participação típica de uma relação associado/cooperativa. Os "integrados" são produtores também associados à cooperativa, porém, são os produtores compromissados por meio de contrato (contrato de integração/parceria) para a produção de frangos.

Ao considerar o desempenho da C. Vale, relacionado aos índices do seu faturamento, se evidenciou a relevância da implantação de um complexo industrial e a sua entrada na cadeia produtiva de frangos.³

Onde a diferença entre os tempos de produção e de trabalho é grande, a taxa de lucro da atividade tende a ser mais baixa. [...] Retomando o exemplo da produção de frangos para corte, pode-se admitir que o progresso tecnológico gerador da redução da diferença entre tempos de produção e de trabalho eliminou este obstáculo que impedia a presença da grande empresa no setor, tornando a rentabilidade da atividade competitiva em termos industriais. (AIDAR; PEROSA JR, 1981, p. 27)

De 1930 a 1996, a capacidade de crescimento dos frangos (conversão ração/carne) aumentou 65%, gastando cerca de 54% de ração a menos e o tempo de engorda que era de 105 dias, em 1930, reduziu para 45 dias, em 1996. (ALVES FILHO; ARAÚJO, 1999)

Nas últimas três décadas, os desenvolvimentos da produção e da industrialização de aves (ganhos expressivos de produtividade, redução de custos, qualidade e padronização) foram favorecidos e estão intimamente ligados, segundo Nogueira (2003) à disseminação dos contratos de parceria/integração.

Com essa estrutura de governança [que tem como principal componente o contrato de parceria entre processadores e produtores rurais] o processador busca padronização na qualidade, regularidade na quantidade e pontualidade nos prazos para aquisição dos animais com peso de abate.

Além disso, ela facilita a implementação de inovações tecnológicas nas diversas etapas da cadeia produtiva, o que explica os consistentes ganhos de produtividade e de conversão alimentar verificados nas últimas décadas. (NOGUEIRA, 2003, p. 47-48)

Na medida em que se tornou uma atividade competitiva, a opção pela agroindústria avícola significou oportunidade à diversificação de culturas e à espe-

2 Cooperativa fundada em 1963, no contexto de Complexo Rural, foi chamada de Campal (Cooperativa Agrícola Mista de Palotina); ao longo dos anos evoluiu, mudou sua razão social e se constituiu como agente do Complexo Agroindustrial (CAI).

3 O recebimento de volumes recordes de soja (12,9 milhões de sacas) e de milho 10,47 milhões de sacas e o aumento das exportações de frango foram os principais fatores que ajudaram a elevar o faturamento da C.Vale para R\$ 1,167 bilhão em 2003 contra R\$ 844 milhões no ano anterior. (C. VALE, 2004)

cialização produtiva para os associados, à adição de valor e à segmentação de mercado para a cooperativa. Mesmo que a estratégia empresarial da C. Vale esteja além da produção integrada, esse tipo de contrato “[...] tem se mostrado extremamente adaptado às estratégias das empresas líderes da indústria e das cooperativas de grande porte para os mercados interno e externo” (NOGUEIRA, 2003, p. 48). Portanto, é na produção integrada que se pretendeu concentrar a ênfase dessa pesquisa, pois, entre outros motivos:

Muitas dúvidas e controvérsias se fazem presentes quando se procura entender a(s) causa(s) da inserção do colono no sistema de produção integrada. Muitos autores abordaram e ainda trabalham a questão sem, no entanto, terem formulado até agora uma vertente monolítica explicativa da totalidade do processo; assim, regiões e situações guardam especificidades. (TEDESCO, 2001, p. 124)

A especificidade desse caso é a face híbrida do cooperativismo empresarial no campo: o produtor integrado é ao mesmo tempo associado da empresa integradora. Os produtores integrados formam a classe contraditória do grupo de associados, ou seja, o associado não seria passivo de um contrato porque se entende que esse tipo de contrato é diferente da relação de fidelidade entre a cooperativa e os demais associados, pois fere o princípio de liberdade do cooperativismo.

A contratualização de produtores pela C. Vale Cooperativa Agroindustrial é exemplar de uma tendência das cooperativas e das agroindústrias no país. Segundo Espíndola (1999) o sistema de produção integrada desempenhada em Santa Catarina pelo Grupo Sadia (na primeira metade da década de 1950 com suínos e no início da década de 1960 com aves) se difundiu em outras áreas do território nacional.⁴

Por parte das empresas, se diz que o sistema de integração apresenta um alto custo de manutenção porque é necessário um elevado capital de giro para o financiamento do sistema e para a compra da matéria-prima, entretanto, a integração se mostra eficiente e fundamental em relação ao fornecimento regular e padronizado e em relação aos preços relativamente baixos de matéria-prima, principalmente se existir uma estrutura regional oligopsônica em favor da agroindústria. (ESPÍNDOLA, 1999)

Para o produtor, a engorda de frangos com contrato de parceria é uma alternativa viável por reduzir riscos de demanda e de oscilações no fluxo de caixa. O contrato

elimina os custos envolvidos em transações de mercado, como o acompanhamento e a negociação de preço, a busca de compradores e as operações de logística, aspectos razoavelmente definidos no contrato. Ao se concentrar na atividade pecuária, o produtor se especializa e pode buscar ganhos de produtividade e qualidade para o produto final (conversão alimentar, tempo de engorda e sanidade). (NOGUEIRA, 2003, p. 48)

A integração envolve o fornecimento de assistência técnica, de insumos e a garantia de compra dos frangos pela empresa; evidentemente, o produtor é obrigado a cumprir as orientações técnicas, receber rações, pintainhos, medicamentos etc. da empresa integradora. (ESPÍNDOLA, 1999)

Para Sorj, Pompermayer e Coradini (1982), além da subordinação da renda da terra ao capital, a questão básica para o produtor integrado seria a possibilidade e a ameaça de sua exclusão definitiva das mínimas condições de produção. A integração seria uma opção para a não exclusão definitiva, mas, ao mesmo tempo, também representa uma forma de exclusão:

[...] a avicultura integrada exige, além da existência de uma massa de produtores rurais em condições sociais inferiores, um contingente de produtores rurais aos quais o conjunto das condições sociais não oferece alternativas melhores que a produção integrada. (SORJ *et al.*, 1982, p. 67)

A produção integrada, em conjunto com a manutenção da associação cooperativista, induz ao raciocínio de vantagem social, pois, segundo Silva (1999, p.151), quando há subordinação às grandes cooperativas, “as relações são aparentemente mais ‘democráticas’ na medida em que teoricamente o pequeno produtor é também um sócio da cooperativa...”.

O benefício se confunde com a dependência, do produtor integrado, ao mercado monopsônico (muitos vendedores e um só comprador) de matéria-prima agrícola. “[...] a construção do monopólio agroindustrial assegura ao capital um extraordinário poder político e econômico [...]” (THOMAZ JR, 2002, p. 200) da qual o integrado é o agente, enquanto associado da cooperativa. Assim, a cooperativa territorializa e justifica a importância econômica de sua gestão.

As crises periódicas que afetam a produção agrícola, principalmente de cereais, legitimam e reforçam o argumento da necessidade da integração. A empresa [empresa integradora] sabe da situação econômica por que passa a unidade familiar, tem clareza do seu papel. Nesse sentido, norteia situações, formula con-

4 “A agricultura contratual no Brasil iniciou-se de forma mais organizada e controlada por três empresas multinacionais: Nestlé (bovino e leite), Souza Cruz (fumo) e Brahma (cerveja).” (CEAE/SC apud ESPÍNDOLA, 1999, p.102)

dições (que serão expressas monetariamente) que possibilitam o mínimo necessário para a manutenção da relação e sobrevivência do integrado. (TEDESCO, 2001, p.120)

São condições econômicas adversas à autonomia dos agricultores que os induzem para uma situação de dependência (firmada no contrato de parceria/integração) e de endividamento e hipoteca da terra, exigidos para o financiamento de recursos à construção de aviários.⁵

O contrato de parceria firmado entre a C. Vale e os avicultores tem força executiva para todos os fins legais. Possui quatorze cláusulas, e o não cumprimento de alguma delas é motivo de rescisão por justa causa, sem direito à indenização ou qualquer ressarcimento, quer monetário ou moral, para ambas as partes.

Tal contrato estabelece uma série de exigências para que o avicultor efetue o crescimento dos frangos, sendo que, não o fazendo por ato de sua responsabilidade, responderá civil e criminalmente, nos termos da lei. É nessa condição "privilegiada" de contratualizado que o avicultor assume uma série de compromissos: despesas com a manutenção do aviário, gás, energia elétrica, água, funcionários, encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários. Como contrapartida, recebe da C. Vale a prestação de assistência técnica para que o avicultor obtenha os melhores resultados possíveis, pois a rentabilidade financeira dependerá do Índice de Eficiência Produtiva (IEP) calculado de acordo com a taxa de mortalidade, o ganho de peso diário e a conversão alimentar (ração/carne) do início ao final do ciclo produtivo dos frangos.

Para controlar o nível de produtividade, existe o Departamento de Produção Avícola (DEPAV), que classifica a produção de cada aviário de acordo com uma tabela de pontos e preços equivalentes ao IEP obtido pelo produtor integrado. Como um incentivo à eficiência, a direção da C. Vale, em 2002, realizou uma distribuição de prêmios (televisores, furadeiras, máquinas de cortar grama etc.) para os avicultores com os melhores desempenhos comprovados pelos índices técnicos de produção. O DEPAV explica que considerou alguns critérios: dedicação do produtor e da família, atitude positiva em relação à atividade, receptividade às orientações técnicas e capricho com as instalações e arredores. (COOPERVALE, 2002)

Na medida em que a intermediária ou a representante do produtor e da indústria é uma empresa

cooperativista, teoricamente a gestão seria democrática e a assembléia dos associados teria o poder último de decisão. Para os associados da cooperativa, então, o contrato de produção integrada não seria uma imposição, mas o resultado de um consenso.

Nesse estudo de caso, o nível de participação dos associados (integrados à produção de frangos) nas Assembléias Gerais e a respeito da conscientização sobre os deveres e direitos estabelecidos no contrato ficou evidente nas respostas dos entrevistados.

As respostas dos 23 proprietários de aviário(s) demonstrou que existe uma participação satisfatória nas Assembléias Gerais, pois, entre eles, 20 disseram que sim, que sempre participam; 2 responderam que às vezes participam e apenas 1 proprietário respondeu que não participa. Esse resultado deve-se ao fato de a C. Vale, nesse caso, realizar ampla divulgação do local, da data e do horário da Assembléia Geral (nas emissoras de rádio e nos jornais locais). Além disto, a motivação por parte da cooperativa também contribui, pois é comum nas Assembléias a realização de sorteio de prêmios, distribuição de brindes, coquetéis etc.

Quando questionados se leram o contrato de integração, o resultado foi o seguinte: 21 responderam sim (leram o contrato), 1 proprietário leu partes do contrato e somente 1 disse que não leu.⁶

No momento dessa pergunta, além de solicitar a resposta se leu ou não leu, foi solicitado um comentário sobre o contrato, e apareceram os seguintes: nada chamou a atenção; o contrato é igual para todos; é apenas uma formalidade; é uma garantia de estabilidade; é uma forma de pressionar em termos de multa; o contrato é complicado; muitas exigências não são cumpridas; os produtores têm mais deveres do que direitos e as decisões interessam mais à empresa; estabelece uma dependência recíproca entre produtor e cooperativa; conforme o contrato se sente (os produtores) como "empregados" da cooperativa; impõe muitas obrigações para o integrado; não tem como discordar; entre outras respostas de mesmo sentido.

"O fato de ser uma relação baseada em dívidas, investimentos e seleções não significa que o integrado aceite passivamente a situação, ele se contrapõe, mesmo no seu pequeno universo organizativo." (TEDESCO, 2001, p. 143)

É importante notar que nesta pesquisa o alvo das entrevistas foram os proprietários de aviário. Ocorre que nem sempre o proprietário é aquele que trabalha diretamente na produção de frangos, pois parte dos

5 A C. Vale disponibiliza oito modelos para projetos de aviários convencionais, semiclimatizados e climatizados, e os custos podem variar de R\$ 62.000,00 até R\$ 320.000,00, de acordo com informação de 2006.

6 A maioria respondeu que leu o contrato, pois, conforme os produtores entrevistados, o contrato foi lido por funcionário da cooperativa no momento da assinatura.

entrevistados (35%) mora na cidade e emprega mão-de-obra assalariada em seu estabelecimento rural.

O local de residência dos proprietários de aviário identificou duas classes de produtores integrados: aqueles que moram na cidade e possuem empregados assalariados e aqueles que moram no campo e empregam a mão-de-obra familiar. Superficialmente, essa diferença consiste apenas no local de residência, porém se reverte em diferentes relações de trabalho e especialmente no significado da propriedade da terra: local de moradia; fonte de renda; manutenção da condição de trabalho etc. São características que se refletem nas respostas dos proprietários de aviário conforme os seus cotidianos e experiências de vida.

Nas saídas de campo, para esta pesquisa, foi possível observar uma diversidade de características porque em cada propriedade, apesar de suas semelhanças, há um conjunto de peculiaridades conforme a história dos produtores e de suas famílias.

O caráter e o compromisso de produtor integrado (igual para todos) garantem o objetivo da agroindústria: a produção de frangos. Porém, a maneira como é organizado o trabalho em cada estabelecimento depende do contexto do produtor, onde se apresentam situações distintas que condicionam a viabilidade da produção integrada.

Um exemplo é a diferença que há entre ser o proprietário do aviário e ser o avicultor (pessoa que cuida da criação dos frangos), o que não impede que os dois atributos residam na mesma pessoa, como é o caso dos proprietários rurais que utilizam a mão-de-obra da própria família. É diferente dos casos em que o proprietário de aviário emprega e remunera outros trabalhadores em seu estabelecimento.

De acordo com a discussão de Karl Marx (1984), são os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terra que constituem as três grandes classes da sociedade que se baseia no modo de produção capitalista. Daí, a importância de entender a expansão da exploração capitalista do trabalho no campo, pois a separação entre capitalistas e proprietários de terra não impede que as duas classes se unam num mesmo indivíduo. (MARTINS, 1981)

Capitalistas são, portanto, todos aqueles que, possuidores de capital, destinam-no à produção. Na agricultura, adquirem terras e outros meios de produção e contratam trabalhadores para trabalharem para eles em troca de um salário. Dessa forma, estamos diante de uma relação de trabalho e de produção baseada na exploração do trabalho alheio, diferente daquela baseada na família, numa unidade camponesa, onde a família trabalha, em tese, para si própria. Ou, então, naquela baseada na parceria, onde a produção é

dividida entre o proprietário da terra e o trabalhador. Isso não quer dizer que não haja exploração também nessas relações de trabalho; e a exploração é diferente. (OLIVEIRA, 2001, p. 21)

Oliveira (2001) propõe a compreensão fundamental de que o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista é contraditório, desigual e combinado, pois, ao difundir o trabalho assalariado no campo, produz, simultaneamente, relações camponesas de produção através do trabalho familiar.

Mesmo diante de dificuldades (altos custos de produção, insuficiência de crédito rural etc.), os pequenos proprietários coexistem com os grandes proprietários e procuram alternativas econômicas e sociais que possibilitem sua reprodução social. (HESPANHOL; COSTA, 2002)

De acordo com Delgado (2001, p. 25), reduzir um ponto de vista ao binômio latifúndio–minifúndio é usar termos que há muito tempo não são generalizáveis, pois, “... ao fazer isso, exclui-se uma grande massa de pequenos produtores tecnificados e completamente integrados ao sistema agroindustrial ...”.

Daí se verifica a função das cooperativas ao integrar tais produtores ao sistema agroindustrial. No caso do Oeste Paranaense, foram criadas cooperativas nas décadas de 1960 e 1970, quando inicialmente se caracterizavam pela função comercial; tempos depois se desenvolveram direcionadas aos projetos de agroindustrialização efetivados nas décadas de 1980 e 1990 e na primeira década do século XXI.

No ritmo da evolução da agricultura moderna, as cooperativas agrícolas, após a quebra de algumas, passaram a agir profissionalmente. Com a implantação de agroindústrias no segmento de carnes, as cooperativas conquistaram uma parte do mercado internacional até então exclusivo de poucas grandes empresas. Tais cooperativas criaram cooperativas de crédito; melhoraram e ampliaram sua infra-estrutura de beneficiamento, de armazenagem e de industrialização e transformação de matérias-primas em produtos manufaturados; e criaram marcas próprias e supermercados regionais, isto é, se tornaram altamente competitivas, atuando em diversos elos da cadeia agroalimentar. (NEVES, 2004)

A compreensão da gênese e da evolução das cooperativas agrícolas demonstra períodos de diferentes características no processo de transformações da agricultura e da agroindústria paranaense. As fases de fundação, estruturação e reestruturação da C. Vale, nesse caso, demonstra a passagem do Complexo Rural para o Complexo Agroindustrial e à Rede Agroindustrial.

Nesse contexto, a implantação da avicultura especializada, no Oeste Paranaense, surgiu a partir de

uma estratégia das cooperativas para a diversificação da produção agrícola e à permanência e capitalização das pequenas propriedades. Quanto à participação dos produtores associados às cooperativas:

Existem diferenças apontadas pelo maior ou menor volume de produção, pela valorização maior ou menor da atividade agrícola a que se dedicam, pela propriedade de grandes ou pequenas porções de terra, pela forma como eles se introduzem e vivenciam a instituição cooperativa, pelo modo como eles se identificam no processo de produção. (ARAÚJO, 1982, p. 215)

A afirmativa de que a produção e a industrialização de pequenos animais e frangos, por exemplo, seja uma atividade ligada aos pequenos proprietários de terra e que têm se constituído em importante suporte à sobrevivência da agricultura familiar é uma hipótese que requer análises mais aprofundadas e maior conhecimento a partir de pesquisa empírica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento de que as empresas cooperativistas podem coordenar contratos e suas respectivas produções agropecuárias de maneira a reduzir riscos e adicionar valor abre inúmeras possibilidades de eficiência do ponto de vista econômico e das estratégias empresariais. Assim, os conservadores princípios cooperativistas, embora aparentemente antagônicos aos constantes desafios econômicos e estruturais do mercado, são incorporados “harmonicamente” como um diferencial ou um aspecto que assegura a existência da cooperativa porque preserva a imagem da empresa como organização honesta e vantajosa.

Ao firmar a produção integrada, a relação com tais associados contradiz o princípio cooperativista da adesão voluntária e livre, quer dizer, o produtor está “preso” às cláusulas do contrato. É nesse sentido que se apresenta o caráter híbrido e contraditório da cooperativa e se destaca a dificuldade em explicar a pertinência do cooperativismo a partir da prática dos contratos de produção integrada. Com a contratualização, o produtor perde a autonomia, e o seu papel de associado da cooperativa pode se resumir a transformar os pintainhos (que não lhe pertencem) em frangos.

É fato que conflitos e contradições entre os estatutos cooperativistas mais conservadores e as modernas perspectivas empresariais são irremediáveis.

REFERÊNCIAS

- AIDAR, A. C. K.; PEROSA JR, R. M. Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 17-39, 1981.
- ALVES FILHO, E.; ARAÚJO, M. da P. Origens e desenvolvimento do sistema de produção integrada no Brasil. In: CASIMIRO FILHO, F.; SHIKIDA, P. F. A. (Coord.). *Agronegócio e desenvolvimento regional*. Cascavel: Edunioeste, 1999. p. 117-154.
- ARAÚJO, S. M. P. de. *Eles – A cooperativa: um estudo sobre a ideologia da participação*. Curitiba: Projeto, 1982.
- _____. C. Vale é a 3ª melhor cooperativa brasileira no setor de aves e suínos. *Jornal Coopervale*, Cascavel, Tuical, n. 57, p. 8. set. 2002.
- _____. Avicultores com melhor desempenho são premiados pela C.Vale, Cascavel, *Jornal Coopervale*, Cascavel, n. 53, p. 6-7, 2002.
- DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. P. (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p.15-52.
- ESPÍNDOLA, C. J. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999. 266 p.
- HESPANHOL, R. A. de M; COSTA, V. H. de M. A agricultura familiar em municípios selecionados da microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP: caracterização e interpretação. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 1, p. 1-11, 2002.
- MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- NEVES, E. M. O crescimento sustentável no agronegócio brasileiro. *Valor Econômico*, São Paulo, n. 1093, 2004.
- NOGUEIRA, A. C. L. *Custos de transação e arranjos institucionais alternativos: uma análise da avicultura de corte no Estado de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2003. 153 p.
- OLIVEIRA, A. U. de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.18-72.
- SILVA, J. G. da. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- SORJ, B.; POMPERMAYER, M. J.; CORRADINI, O. L. *Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: – UPF, 2001. 405 p.
- THOMAZ JR, A. *Por trás dos canaviais os nós da cana: a relação capital X trabalho e o movimento social dos trabalhadores na agroindústria canvieira paulista*. São Paulo: Annablume, 2002.